

Extensão em Paulo Freire e exigências da atualidade nos setores populares: diálogos inter contextos entre campo e cidade

Lucineide Barros Medeiros¹, Maria do Socorro Pereira da Silva²

Resumo

O texto tem como objetivo situar as experiências de extensão universitária que se realizam pela dimensão do Popular, na Universidade Federal do Piauí (UFPI) – Projeto Universidade Popular –; e na Universidade Estadual do Piauí (UESPI) – Projeto Corpo de Assessoria Jurídica Popular (Coraje) –, inspirados na concepção de extensão, de Paulo Freire, que reconhece as classes populares na atualização da produção do conhecimento referenciado pelo diálogo entre saberes populares e científicos, como matriz de descolonização da extensão universitária, e na democratização da educação. A discussão encontra embasamento metodológico na pesquisa participante, de abordagem qualitativa, considerando dados documentais e experienciais das pessoas participantes de ações de extensão universitária. O método dialético orienta a análise dos dados. No suporte teórico estão, dentre outros, Freire (1983), Lyra (1996), Gadotti, (2013) e Melo (2014). Os resultados apontam que as experiências da Universidade Popular e do Coraje, como projetos de extensão, atualizam a natureza científica da universidade quanto ao seu caráter indissociável da dimensão sociopolítica da sociedade e da relação entre conhecimento científico e popular; reafirma os territórios das classes populares como base de atualização do compromisso da universidade, com a garantia dos direitos dos oprimidos do campo e da cidade como sujeitos participantes de uma ciência própria.

Palavras-chave

Extensão Universitária. Paulo Freire. Educação Popular. Descolonização. Classes Populares.

¹ Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, Brasil; professora adjunta da Universidade Estadual do Piauí, Brasil. E-mail: lucineidebarros@cceca.uespi.br.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Piauí, Brasil; período sanduíche no Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Portugal; professora adjunta da Universidade Federal do Piauí, Brasil; coordenadora do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Ciência Descolonial, Epistemologia e Sociedade (NEPEECDES/UFPI). E-mail: socorroprof@ufpi.edu.br.

Extension on Paulo Freire and actual demands in the popular sectors: inter-context dialogues between field and city

Lucineide Barros Medeiros³, Maria do Socorro Pereira da Silva⁴

Abstract

The text aims to situate the experiences of university extension courses which are performed by the dimension of the Popular, in the Federal University of Piauí (UFPI) – Popular University Project –; and in the State University of Piauí (UESPI) – League for Popular Legal Advising (Projeto Corpo de Assessoria Jurídica Popular - Coraje) Project –, inspired by Paulo Freire's conception of university extension, which recognizes the popular economic classes in the updating of knowledge production mode referenced by the dialogue between popular knowledge and scientific knowledge, as a matrix for university extension's decolonizing, and in the democratization of the education. The discussion finds methodological background in the participative research, of qualitative approach, considering the documentary data and experiences from the partakers of university extension's actions. The dialectical method guides the data analysis. The theoretical support are, among others, Freire (1983), Lyra (1996), Gadotti, (2013), and Melo (2014). The results point out that the experiences of the Popular University and from Coraje, as university extension programs, update the scientific nature of the university as to its indissociable feature from society's sociopolitical dimension and from the relationship between scientific knowledge and popular knowledge; it reaffirms the territories of the popular economic classes as base of updating of the commitment of the university, with the guarantee of the rights of the oppressed people both in the countryside and in the city as subjects partakers of an own science.

Keywords

University Extension. Paulo Freire. Popular Education. Decolonizing. Popular Economic Classes.

³ PhD in Education, University of Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, Brazil; adjunct professor at the State University of Piauí, Brazil. E-mail: lucineidebarros@cceca.uespi.br.

⁴ PhD in Education, Federal University of Piauí, Brazil; sandwich period at the Center for Social Studies, University of Coimbra, Portugal; adjunct professor at the Federal University of Piauí, Brazil; coordinator of the Center for Studies, Research and Extension in Education, Decolonial Science, Epistemology and Society (NEPEECDES/UFPI). E-mail: socorroprof@ufpi.edu.br.

Introdução

As *40 horas em Angicos* compõem a memória viva da *práxis* educativa de Paulo Freire neste ano do seu centenário. Esse projeto educativo desvelou o mundo das desigualdades educacionais, indissociável da política de hegemonia de poder pelas classes dominantes, mas também colocou a universidade pública no centro desse debate. O pensamento de Paulo Freire possibilita atualizar o tempo presente quanto ao compromisso social da universidade pública para com as classes populares e a participação ativa dela na democratização do conhecimento e da ciência. O Popular, na extensão universitária, como ação cultural e política do ser e fazer das classes populares, dos oprimidos, dos excluídos, dos invisíveis e do povo pobre, passa a ocupar o espaço acadêmico e científico, com suas ciências, atualizando a construção do sentido público da universidade.

Como docentes da universidade pública e pertencentes às classes populares – com vínculo nos processos de luta dos povos do campo e da cidade pelo direito à educação – como lugar de encontro e diálogo com Paulo Freire –, temos organizado a extensão universitária em uma perspectiva descolonial do paradigma de extensão que hegemoniza a universidade, sendo o popular nosso princípio central. Essa construção se inspira nas experiências de extensão realizadas por Paulo Freire, atualizada nas exigências da realidade das classes populares e na constituição de um projeto de educação como prática da liberdade, orientado pela produção do pensamento crítico e para a construção de uma ciência própria, situada nas epistemologias para o bem viver.

Nosso argumento central é de que a extensão universitária popular possibilita o diálogo de saberes e conhecimentos e esse processo é indispensável à realização da função social da universidade, que carece, necessariamente, de seu enraizamento na totalidade social. Porém, para que isso ocorra, é necessário que a parcela excluída da educação seja reconhecida e envolvida no modo de ser e de fazer a universidade. A partir dessa construção, questionamos: como a extensão universitária popular contribui para o reconhecimento da participação ativa das classes populares, com seus saberes, territórios e práticas educativas para a atualização do compromisso social da Universidade em relação à nova cultura de diálogo entre conhecimento popular e científico na democratização da educação? Como a extensão universitária popular contribui para a atualização da Universidade no tocante aos conhecimentos situados na realidade social das classes populares e os modos de produzir ciência nos territórios delas?

Chauí (2021), ao caracterizar o desmonte do caráter público da Universidade pelo Governo Bolsonaro – que tenta inviabilizar o compromisso social da instituição com cortes de verbas, bloqueio no orçamento e desestruturação de políticas de inclusão de negros, indígenas, camponeses e pobres na Universidade em suas três dimensões (ensino, pesquisa e extensão) –, revela que o ódio ao pensamento crítico é o ódio à Universidade.

As violações ao pensamento crítico e à política de ciência no Brasil revelam que a luta de Paulo Freire é fundamental para atualizar a ideia de que “Um mundo sem universidades autônomas e críticas é um mundo sem conhecimento sistemático referenciado em fundamentos éticos” (LEHER, 2019, p. 41). Diante dessa construção, o estudo tem como objetivo situar a extensão universitária popular no contexto de exigências inscritas no momento histórico atual, considerando os desafios de dotar a Universidade de conhecimentos inscritos na realidade da população e dos territórios excluídos, cumprindo, ao mesmo tempo, a sua função social no tocante à socialização dos conhecimentos produzidos no espaço acadêmico.

A problematização como parte da realidade do fazer e do ser dos setores populares no processo de democratização do conhecimento fundamenta a extensão universitária popular como movimento emergente que tem impulsionado a participação ativa dos setores populares na Universidade. A extensão universitária popular tem como princípio o interconhecimento entre o popular e o científico na produção de uma ciência para o bem viver dos povos excluídos, enfatizando os territórios a partir das dinâmicas de inter contextos entre a comunidade e a Universidade.

Nesse itinerário, situamos duas experiências em universidades públicas no nordeste brasileiro. A primeira refere-se ao projeto de extensão Universidade Popular (UP), na Universidade Federal do Piauí (UFPI), vinculado ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) e ao Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Ciência Descolonial, Epistemologia e Sociedade (NEEPCDES), cuja matriz formativa tem como público principal camponeses do sudoeste do Piauí, especificamente da comunidade rural Laranjeiras, no município de Currais, situada no bioma do Cerrado e no centro da disputa.

A UP tem sido protagonizada pelos camponeses discentes da LEdoC, que são moradores da comunidade e extensionistas do projeto e desenvolvem ações que abrangem políticas públicas de melhoramento dos processos produtivos por meio: da agricultura familiar camponesa e do uso sustentável dos recursos hídricos, com atividades de proteção das nascentes dos brejos; das ações educacionais de defesa da escola do campo; e da execução

de projetos com financiamento e apoio a processos de auto-organização das mulheres camponesas agroextrativistas na produção sustentável de alimentos e na gestão coletiva para defesa do território diante do avanço da monocultura do agronegócio.

A segunda experiência ocorre na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), com o Programa Corpo de Assessoria Jurídica Popular (Coraje), de caráter interdisciplinar, protagonizado por estudantes especialmente dos cursos de Direito, Pedagogia e Psicologia, em articulação com o Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Popular e Educação do Campo (EPEC). O Coraje é um coletivo permanente, com ciclos de renovação dos membros e suas ações específicas são reorientadas pelas indicações das comunidades, geralmente de periferias urbanas de Teresina-PI, com as quais estabelece vínculos. Atualmente, a ação se realiza no ciclo Universidade-Comunidade-Universidade, por meio de estratégias de formação, de comunicação e de mobilização, pelas atividades de incidência na comunidade, pela Educação Popular em Direitos Humanos e de Incidência Popular Universitária – voltada para a comunidade acadêmica em geral e para a organização interna do grupo –, que serão detalhadas adiante no contexto da reflexão a que nos propomos.

Essas duas experiências de descolonização da extensão universitária se organizam a partir da perspectiva do fortalecimento do Popular na extensão, reafirmando o protagonismo das classes populares em processos formativos e em projetos de intervenção e incidência política, como espaços pedagógicos de autoformação. Inspirados nas *40 horas de Angicos*, lugar de que nos fala Paulo Freire sobre o ato de esperar como forma de “acreditar que a prática primeiro gera saber, segundo, que o saber que a prática gera não basta, porque precisa saber-se, e, para saber-se o saber da prática exige o outro que seja capaz de aplainar o saber da prática e dar nome a ele” (LYRA, 1996, p. 43). Nosso esperar se fortalece na construção coletiva do conhecimento, aprendendo a ensinar no ato de aprender junto e com as classes populares, sendo a extensão popular a afirmação de que a Universidade é um território que também pertence aos excluídos.

Paulo Freire, Universidade pública e Extensão Popular: um centenário de experiências nos territórios das classes populares

A experiência das *40 horas em Angicos* revela uma sociedade formada em projeto de educação excludente e a Universidade organizada sob os princípios da ciência eurocêntrica que hegemoniza o modo de produção do conhecimento. Essa instituição, em nome de uma

superioridade epistemológica de ciência, naturalizou as desigualdades educacionais, impondo privações quanto ao direito de acesso das classes populares às dinâmicas da Universidade, inferiorizando seus conhecimentos, seus territórios e seus saberes. Esse paradigma transformou a extensão universitária a partir da lógica irracional de que a Universidade deve levar o conhecimento “erudito” e “científico” às comunidades e aos povos que não sabem, não conhecem e não produzem conhecimentos.

Paulo Freire, em *Angicos*, testemunha sobre a possibilidade de uma Universidade com compromisso social, reconhecimento dos fazeres, dos saberes e dos territórios dos setores populares na formulação de um novo conhecimento como base da educação libertadora. A ação extensionista de Freire em *Angicos* problematiza a hegemonia da concepção de extensão como “invasão cultural” afirmada pela “superioridade dos conteúdos de quem entrega” e a “inferioridade” dos conteúdos de quem recebe; o mundo dos sujeitos incultos, ignorantes e passivos que precisam ser educados, de pessoas sem conhecimentos, ou de saberes inferiores aos produzidos pela academia. Paulo Freire desconstrói o lugar da extensão na Universidade ao refletir sobre a intervenção dele como educador nas *40 horas em Angicos*, como sintetiza:

Parece-nos, entretanto, que a ação extensionista envolve, qualquer que seja o setor em que se realize, a necessidade que sentem aqueles que a fazem, de ir até a “outra parte do mundo”, considerada inferior, para, à sua maneira, “normalizá-la”. Para fazê-la mais ou menos semelhante ao seu mundo. Daí que, em seu “campo associativo”, o termo extensão se encontre em relação significativa com *transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação* etc. (FREIRE, 1983, p. 13).

A atualidade desse pensamento revela o nível de distanciamento da Universidade, não apenas quanto à garantia de acesso e de inclusão do povo na academia, mas em uma dimensão epistêmica em relação à realidade das classes populares e às novas exigências que se colocam para o trabalho educativo da extensão e sua atualização. Nesse sentido, quando falamos de extensão universitária e sua atualização, detemo-nos sobre a necessidade do reconhecimento do Popular, que vai emergindo no interior dos contextos não escolares, dos setores populares na formulação de um conhecimento para se viver, produzir e cuidar do planeta, ao questionar que a “Universidade não só participou da exclusão social das raças e etnias ditas como inferiores, como teorizou sua inferioridade, que estendeu aos conhecimentos produzidos pelos grupos excluídos em nome da prioridade epistemológica concedida à ciência” (SANTOS, 2010, p. 53). Essa é uma contradição que Paulo Freire evidencia como ponto de partida para sua ação como educador e extensionista, de que é preciso reconhecer as contradições de

origem da Universidade brasileira, situando o paradigma de educação tradicional que se formula nos bancos acadêmicos dessa instituição.

Então, o que Paulo Freire nos ensina? Ensina-nos sobre outros sujeitos, outros modos de fazer, de ser e de existir, ensina-nos sobre esperar com o povo e com os excluídos, pois:

O legado freiriano em Angicos é a grande lembrança de uma invenção da esperança. Angicos foi a cidade – terreno fértil – em que Paulo Freire praticou e aprimorou o que tinha idealizado, e base para reflexões e produções futuras. Foi também o lugar onde Freire encontrou seu povo, suas raízes. Todo e qualquer educador que tenha de algum modo corrido os olhos na pedagogia freiriana saberá dessa sua experiência. (SILVA; SAMPAIO, 2015, p. 934).

Angicos, uma cidade de pequeno porte do estado do Rio Grande do Norte, tornou-se território de inauguração do “inédito viável” (FREIRE, 1992) quando, entre 1962 e 1963, Paulo Freire, liderando um grupo da União Nacional dos Estudantes (UNE), planejou e pôs em prática um projeto de alfabetização, cujo objetivo era ousado à época: alfabetizar, até 1965, 100 mil adultos e adolescentes, um processo que envolveu organização interna da equipe de coordenação, formação das pessoas facilitadoras, produção de material e, antes de tudo, um projeto político-pedagógico de superação da realidade existente com a mediação da educação. Gadotti (2013, p. 52) explica que mais do que uma experiência bem sucedida de alfabetização, Angicos representou uma aposta na cidadania ativa, “pensando numa mudança radical da sociedade brasileira, transformando ‘massa’ amorfa em ‘povo’ participante”.

A experiência de Paulo Freire em Angicos nos ensina sobre como podemos aprender com os setores populares, e como o Popular que estamos a construir na extensão universitária passa necessariamente pela desconstrução da inferioridade e da invisibilidade dos saberes e dos contextos das classes populares como “não erudito e inteligível”. Para isso, é fundamental questionar a educação tradicional, que não apenas exclui os sujeitos populares do direito à educação, mas insiste na superioridade das ideias hegemônicas que os priva de outros direitos – sociais, econômicos, políticos e culturais.

Podemos aprender que o lugar da educação popular construída pelo povo e com o povo exige que o Estado assuma seu papel como provedor dos direitos e para a constituição das políticas públicas para a superação das desigualdades sociais e educacionais. Pela educação extensionista, Paulo Freire nos ensina que a parceria com o Estado não significa cumplicidade, mas, antes de tudo, questionamento à ordem que, pela educação bancária, impõe a dominação e a exclusão às classes populares.

Trata-se de uma relação que exige ser problematizada e guiada por princípios que não a deixem sucumbir às contradições existentes no modo de ser e fazer das políticas públicas oficiais. Na realização da experiência de Angicos, por exemplo, Gadotti (2013, p. 51) ressalta que Paulo Freire, ao ser convidado, apresentou duas condições: “autonomia para contratar os coordenadores e alfabetizadores e não interferência político-pedagógica e ideológica”, pois temia que “o fato dos recursos virem da *Aliança para o Progresso* pudesse interferir no seu trabalho”.

O Popular que compõe a proposta da educação popular freireana expressa a singularidade na contraria do ideário dominante orientador da política educacional hegemônica. Recobra movimentos de insurgência próprios da América Latina em seu processo insubordinado ao eurocentrismo, ancorado na invasão, na extração e na tentativa de aniquilamento a tudo o que é diferente e não está integrado ao ideal oficializado. O Popular, nesse contexto, engloba diversidades coletivas constituídas, ou em processo de afirmação, em torno de movimentos de identidades específicas: de luta por direitos fundamentais; de proposição de políticas sociais e econômicas estruturantes de um novo modelo de produção da vida; de possibilidade de exercer poder de decisão; e de constituição de sujeitos individuais e coletivos empoderados no meio popular.

Seguramente, o Popular de Paulo Freire é o questionamento à ordem que hegemoniza e perpetua a miséria que se alimenta de um povo analfabeto e sem o direito à educação, tema recorrente em *Angicos*:

A fragilidade da estrutura rural e a perspectiva angustiante de futuro do homem no semiárido evidenciam-se ao longo da “experiência”. Há pessoas que não conseguem fazer uma refeição por dia, alguns comem palmas, outros nem o xique-xique, proibidos pelos donos das terras, com alegação de que é alimento reservado para o gado. (LYRA, 1996, p. 66).

Essa realidade coloca como necessidade a atualização da educação e da práxis educativa da Universidade e da sua extensão aos contextos das classes populares que, como em *Angicos*, lutam para “matar a fome da cabeça” quando o Estado retira o direito de fazer isso de “barriga cheia”. Paulo Freire foi pedagogicamente construindo um pensamento sobre essa realidade ao dizer que o curso em Angicos era uma possibilidade de retomar o lugar da cultura como elemento questionador do processo de dominação dos pobres no Nordeste, relacionando as circunstâncias naturais de seus territórios, como a seca e as condições sociais de desigualdades, como a fome, no ato educativo da pergunta, ao dizer que:

O conceito de cultura que tentei introduzir naquela época era uma tentativa, como eu disse hoje também no encontro, era uma tentativa de mostrar aos grupos de alfabetizados que se o ser humano é capaz de transformar uma realidade natural que ele não fez, então ele tem condições, posso não saber quais as condições no momento, mas ele tem as condições de transformar a realidade que é feito pelo ser humano, que é a realidade cultural, histórica e política etc. (LYRA, 1996, p. 181).

Essa experiência revela o lugar do educador como mediador do conhecimento, ao questionar a cultura como uma construção social, diferenciando as questões naturais e as questões sociais, e a potencialidade dos sujeitos históricos na transformação da realidade.

Metodologia de produção dos dados e de organização do pensamento

A discussão encontra embasamento em dados documentais e na experiência dos(as) autores(as) que são integrantes das ações de extensão universitária vinculadas às duas universidades públicas do Piauí – a UFPI e a UESPI. Os documentos pertencem ao acervo de informações dos dois projetos de extensão implicados. A experiência se baseia em uma postura investigativa que toma como referência as orientações para a pesquisa participativa em Streck (2005), Silva (1991), Brandão (1991) e Borda (1981).

Essa postura é, ao mesmo tempo, uma estratégia pedagógica de construção da emancipação das classes populares. Fals Borda (1981) contribui com essa compreensão a partir da proposta de investigação-ação-participação, forjada em experiências colombianas. O método da pesquisa participante, para ele, articula-se à necessidade de fazer enfrentamento a uma ciência comprometida com a classe dominante, e, por compreender que não basta conhecer a realidade, é necessário transformá-la e, assim, defende a adoção de uma ciência emergente que ele denomina de ciência popular, na qual há lugar para o conhecimento e a sabedoria popular.

Streck (2005) defende que a pesquisa é um ato de pronunciar o mundo, o que pressupõe saber qual mundo está sendo pronunciado nas pesquisas acadêmicas e se ele abarca as diversidades e desigualdades existentes. Ele ressalta que talvez o segredo da pesquisa esteja em penetrar o simples, movimentar-se dentro dele, entre as suas fissuras e saliências. Isto se pode fazer desde fora ou desde a própria realidade em processos de interação que permitam o diálogo de saberes e conhecimentos. Seguindo essa orientação, a análise das experiências de extensão põe em foco as aprendizagens compartilhadas, considerando o que foi vivido e sentido pelos(as) professores(as) e estudantes autores(as) do artigo. Os dados foram

produzidos no exercício da prática de sistematização realizada pelos dois grupos extensionistas; os encontros aconteceram na UESPI, campus de Teresina (PI) e na UFPI, campus Bom Jesus (PI). Outros momentos de encontro se realizaram nas comunidades Boa Esperança e Laranjeiras, respectivamente, envolvendo estudantes, professores e pessoas integrantes das duas experiências. A sistematização e registro consistem na produção de anotações contendo os fatos, processos, cenários e reflexões críticas referentes a esse conjunto. Assim, os dados são produtos da memória coletiva e do processo de aprender desde as experiências.

Isso se tornou possível porque as experiências de extensão foram tomadas como territórios de conhecimentos produzidos em processos históricos que se movimentam a partir de contradições inscritas na história e nas lutas do tempo presente, fazendo das verdades científicas permanentes aproximações limitadas pelo movimento dessa mesma história; por isso tem compromisso com o desenvolvimento e a mudança dos seus processos sociais sintetizados na atualidade, sobre os quais pesa a força das ideias, a ponto de incidirem na base material e econômica que os condiciona (TRIVIÑOS, 2008).

Essas territorialidades compõem o que Wallerstein (1999) denomina de sistema-mundo, materializado na realidade do estado do Piauí, situado no nordeste do Brasil, enfrentando graves problemas socioeconômicos, dada a desigualdade social interna e em relação a outras unidades federadas que se arrasta desde a invasão colonial e expressa na atualidade a conformação colonial do mundo (LANDER, 2005) nas construções concretas como parte de um processo civilizatório, porém baseadas no modo como se deu o controle do capital comercial, do trabalho e dos recursos de produção no mercado mundial em diferentes territórios (QUIJANO, 2005).

Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2018, informam que os 10% mais ricos do Piauí ganharam 18 vezes mais que os 40% mais pobres.⁵ Pela base de dados do último Censo, realizado em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) apurado coloca o Piauí como o terceiro menor no *ranking* nacional, dados: a prevalência de elevadas taxas de analfabetismo, os baixos índices de saneamento básico e ambiental e o menor Produto Interno Bruto (PIB) do país. De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2019, foram registradas 128.797 matrículas no Ensino Médio. Esse valor é 9,8% menor do que o número de matrículas registradas para o ano de 2015 (BRASIL, 2020).

⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2019/11/07/pi-tem-a-maior-desigualdade-do-pais-10percent-dos-ricos-ganharam-18-vezes-mais-que-40percent-dos-pobres.ghtml>. Acesso em: 16 jun. 2021.

Pela compreensão de Paulo Freire, a leitura da realidade é indispensável ao processo de mudança, pois o ato pedagógico deve ser inseparável do ato político e não deve se enclausurar no ambiente escolar. Desse modo, ele inscreve, em sua construção teórico-prática, inclusive ancorado no próprio exemplo, o compromisso do agente da educação para com a inserção crítica nessa realidade (FREIRE, 1983).

Essa compreensão orienta as pessoas envolvidas na coordenação das duas experiências de extensão universitária aqui analisadas, cujas ações são guiadas por uma opção sociopolítica de rompimento com construções epistemológicas hierarquizadas e excludentes dos setores populares. Postam-se nesse processo a partir da lógica participativa de produção de conhecimento questionador da objetividade e da neutralidade estabelecida nos marcos da ciência triunfante. No dizer de Fals Borda (2009), ser cientista, nessa perspectiva, é estar comprometido com o que afeta a humanidade em cada momento histórico. Daí o objetivo e o desafio de compreender quais são as urgências desse momento histórico colocadas pelos setores populares que lutam por libertação, envolvidos nos projetos de extensão.

O Projeto da Universidade Popular da UFPI se realiza na comunidade rural Laranjeiras, no município de Currais-PI, situada no bioma do Cerrado, que representa atualmente o centro da disputa do agronegócio, que impõe transformações socioespaciais e nos modos de vida da população da região, visando integrá-la ao circuito da chamada modernização agrícola, com participação de migrantes do centro-sul do país e a instalação de projetos que ocupam grandes extensões territoriais, em meio à intensa degradação ambiental e à subordinação pelas relações de trabalho. Assim, a prática agroextrativista sustentável das mulheres representa uma ação de insubordinação e resistência a esse modelo, cuja racionalidade técnico-científica encontra forte sustentação no espaço acadêmico.

Na mesma linha, encontra-se a ação do Coraje, projeto pertencente à extensão universitária da UESPI, nesse caso, com incidência junto a uma comunidade da periferia urbana de Teresina-PI, afetada por outro projeto pertencente ao mesmo modelo de desenvolvimento: uma ação que se volta à implantação de infraestrutura voltada ao turismo de rentabilidade econômica, implicando a expulsão de famílias empobrecidas, originárias do processo de povoamento da capital, para periferias distantes, pela prática excludente de “higienização social”. Diante disso, o projeto se utiliza da educação popular em direitos humanos para afirmar o direito dos setores populares à cidade.

Adotamos uma postura analítica referenciada no método dialético, considerando principalmente as categorias totalidade, contradição e mediação. Nesse esforço, o real vivido

nas duas experiências é tomado como ponto de partida e, por meio de aproximações sucessivas, é situado na complexidade intrínseca ao processo histórico que se encontra em constante movimento, marcado por tensões e conflitos produzidos nas relações sociais em que se articulam o geral e o particular. Assim, as duas experiências são tratadas como mediações ou totalidades parciais; uma espécie de ângulo metodológico de onde se pode enxergar possibilidades para a afirmação do popular como parte do processo de transformação social.

Vale salientar que, no primeiro caso, o município de Currais integra o grupo dos 24 municípios que compõem a região Chapada das Mangabeiras e “se encontra na 22ª posição em relação à renda, e, nesse mesmo grupo, está entre os municípios que têm menos de 30% de pessoas com mais de 18 anos com o Ensino Fundamental completo” (PIAÚÍ, 2016, p. 149). Teresina, em que pese se apresentar com o IDH maior que o do Estado, abriga grandes desigualdades socioespaciais, inscritas no processo de expansão excludente, baseadas na especulação imobiliária, em que as áreas mais valorizadas e melhor situadas são apropriadas por setores economicamente privilegiados, impondo as periferias e as áreas inseguras e insalubres à população empobrecida. Esse processo se fez embasado em certa inteligência organizadora das dinâmicas de urbanização, valorizadoras de determinados padrões estéticos e favorecimento ao desenvolvimento econômico em detrimento das demais dimensões da vida.

Paulo Freire e o reconhecimento dos setores populares na atualidade da extensão universitária popular

A UP é uma experiência na Universidade pública que tem como referência a valorização dos saberes dos setores populares, a partir de outras dinâmicas de produção do conhecimento, assumidamente nas formulações do pensamento latino-americano, que afirma:

Universidade Popular representa, portanto, uma opção descolonial, intercultural e emancipadora, tomando a educação como pressuposto para promover a democratização do conhecimento, o encontro de saberes, a justiça cognitiva, a equidade e a sustentabilidade socioambiental. (ALMEIDA FILHO; BENINCÁ; COUTINHO, 2017, p. 41).

O encontro das experiências de extensão é um reencontro com *Angicos* e com o pensamento de Paulo Freire. Esse campo epistemológico sustenta a atualização dos contextos e territórios educativos da extensão popular nas dinâmicas territoriais do meio rural, nos

fazeres dos camponeses acadêmicos, nos saberes práticos dos agricultores do campo, na auto-organização das mulheres camponesas agroextrativistas, na comunidade Laranjeiras e nas emergências das questões agrárias marcadas pelo paradigma sustentável do campo e do modo de produção do agronegócio. As palavras geradoras de *Angicos* permanecem como elemento educativo do diálogo entre os saberes dos conhecimentos científicos e os dos populares na Universidade Popular.

A UP, no contexto da Educação do Campo, se articula a partir de novas lógicas de racionalidade e causalidade científicas fundamentadas nos princípios da pedagogia participante como aporte teórico-prático para a construção da ciência descolonial na reinvenção da extensão universitária, atualizando seu caráter popular. A UP postula a epistemologia popular enraizada nas metodologias participativas, na relação sujeito-sujeito do conhecimento, nas teorias do conhecimento que têm sido substanciais nas práticas sociais dos próprios sujeitos. As ideias de uma ciência própria, a partir da epistemologia popular que valoriza a relação entre os conhecimentos produzidos pelos movimentos sociais do campo e sua relação com a produção dos conhecimentos acadêmicos, são as marcas de construção do sentido popular da extensão, da educação e da Universidade.

A partir da atualidade das questões sociais que envolvem os camponeses na comunidade Laranjeiras, vamos atualizando a intervenção educativa da UP para que a incidência política esteja em sintonia com as exigências de políticas públicas que a comunidade apresenta. A extensão popular na UP tem como matriz formativa as experiências pedagógicas, que organizam nosso fazer com os camponeses: as expedições pedagógicas; a sistematização da experiência e as oficinas de saberes (devolução sistemática com a comunidade) nos eixos temáticos – educação popular, baseada na pedagogia participante e na reafirmação da escola do campo com direito estratégico da permanência dos camponeses no meio rural; sustentabilidade ambiental e hídrica, com ênfase na proteção das nascentes dos brejos; e território educativo e questão agrária, com foco nos processos de auto-organização dos camponeses diante dos conflitos de terra no território.

Com relação às ações na comunidade, a primeira experiência que temos vivenciado nas expedições está relacionada com a sustentabilidade hídrica. Em Currais existem várias nascentes e brejos que abastecem a agricultura familiar camponesa, mas com o avanço da monocultura celebrada pelo agronegócio na região, esses territórios hídricos, a cada ciclo de chuva, sofrem com a descida dos rejeitos da parte alta da serra, onde ficam as grandes fazendas produtoras de soja.

No início de 2021, denunciávamos a situação dos brejos e das nascentes ao poder público, precisamente à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMAR), e, recentemente, a toda sociedade, relatando que o processo de represamento das águas dos brejos pelos grandes produtores para a monocultura da soja, no período de chuvas, acaba rompendo e afeta a rede de estrada que passa por dentro da comunidade Laranjeiras, isolando as comunidades camponesas, inviabilizando o uso da água do riacho para a agricultura familiar e com graves impactos, com o assoreamento das nascentes dos brejos e riachos, como denuncia o morador e extensionista da UP aos meios de comunicação local, ao dizer:

Devido ao longo processo de plantio, de aplicação de insumos, adubos, inseticidas e agrotóxicos, chega ao ponto que o solo não consegue filtrar a água da chuva e causa toda essa grande quantidade de água juntamente com a massa de resíduos químicos que formam correntezas em direção às áreas baixas onde está localizada a Comunidade Laranjeiras e seus brejos e nascentes. (PIMENTEL, 2021).

Denunciar e anunciar, como nos ensinou Paulo Freire, tem sido a marca das ações de intervenção para proteção das nascentes e dos brejos pela UP, que passa pela articulação de práticas sustentáveis para a agricultura familiar camponesa, a partir de outras matrizes energéticas para produção no meio rural. A UP e o projeto de extensão Solar Canindé, juntos, implantaram um sistema de energia solar para bombeamento da água dos poços artesianos para cultivo das roças, hortas e criação de animais, como mostra a imagem 1.

Imagem 1 – Instalação de placa solar no poço artesiano na comunidade rural Laranjeira



Fonte: Projeto Universidade Popular e Projeto Canindé Solar, 2021.

Os camponeses reconhecem a necessidade da epistemologia ambiental sustentável como paradigma que vem sendo construído no cotidiano de seus fazeres, como alternativa para o modo produtivista do capital que, sob o comando do Governo Bolsonaro, confunde-se com as velhas caravelas coloniais, com as dragas da mineração, com autorização da monocultura predatória e devastadora dos recursos naturais, o que acelera o processo de expulsão dos camponeses de seus territórios originários para abrigar a falácia do desenvolvimento do agronegócio. Como nos ensina Paulo Freire, para vencer essa narrativa é preciso entrar no âmago das contradições do desenvolvimento capitalista, trazendo para o cotidiano dos camponeses, buscando aproximações e atualizando a leitura do mundo rural e apresentando alternativas viáveis aos direitos da natureza como parte dos modos de vida dos camponeses. “As interrogações e o espanto são componentes essenciais para a compreensão do mundo atual, onde a investigação não pode se contentar com a realização de estudos feitos de forma descontextualizada, sem a possibilidade de encaminhamentos práticos” (MELO, 2014, p. 4). Nesse sentido, a UP tem organizado oficinas de saberes, um diálogo entre os conhecimentos populares e os saberes científicos. A imagem 2 mostra um desses encontros⁶.

Imagem 2 – Oficina de saberes na comunidade Laranjeiras – Currais, Piauí



Fonte: Projeto Universidade Popular, 2019.

As oficinas de saberes atualizam os círculos de cultura popular de Angicos no esperar de que os próprios camponeses, como sujeitos históricos, prossigam o sonho de Paulo Freire de construção da educação libertadora como obra do inédito viável.

⁶ O direito de uso de imagem foi autorizado pelos sujeitos envolvidos nas atividades de formação do projeto Universidade Popular, com assinatura do termo de autorização durante a realização das ações na comunidade. Informamos que os respectivos projetos de extensão estão registrados nas Pró-reitorias de Extensão das referidas Universidades, com os termos legais de sua autorização e execução.

Nessa construção, o encontro com o pensamento de Paulo Freire também fundamenta as ações do Coraje, que se realizam na articulação de dois tipos de vivência: a comunitária e a universitária; ambas as vivências se retroalimentam, pois conhecimentos e valores construídos em cada experiência, pelo diálogo de saberes, integram-se. As pessoas extensionistas são o veículo utilizado para esse trânsito. Daí o processo implica permanentemente a formação para o ser mais.

Os projetos do Programa de Extensão não são fixos. O grupo foi criado em 2007 e suas ações vão se modificando a depender dos objetivos estabelecidos para cada ciclo em que atua determinado grupo de estudantes, no tempo mais ou menos correspondente a um curso de graduação, assegurando algumas permanências que, associadas ao apoio dos ex-integrantes e da professora-orientadora, garantindo a continuidade e, ao mesmo tempo, suas modificações. Esse processo tem relação com a compreensão sobre as exigências próprias do processo de transformação social, do qual a mudança, segundo Freire (1983), é constitutiva e se realiza em dinamismos e estabilidades, pois é nas estabilidades que as mudanças são sentidas, mas como fazem parte de uma estrutura dinâmica e contraditória, recorrentemente precisam se movimentar gerando instabilidades e buscando novos patamares de realização.

Atualmente são realizados três tipos de ação: 1. Educação Popular e Direitos Humanos; 2. Educação Popular e Vivência Universitária; e 3. Encorajamento (Organização Interna do Grupo). Na ação Educação Popular e Direitos Humanos, há a participação sistemática da extensão nas mobilizações e lutas da comunidade da Avenida Boa Esperança, que está situada na zona norte de Teresina, à margem do Rio Poti, em uma região de lagoas, fenômenos que, somados ao desprovimento de sistema de saneamento básico e ambiental, à falta de correta destinação dos resíduos sólidos e à ausência de sistema de drenagem das águas da chuva resultou em enchentes, a maior parte delas não atingindo as famílias da Avenida Boa Esperança.

A Prefeitura Municipal de Teresina (PMT), com recursos principalmente do Banco Mundial, vem realizando, desde o ano de 2008, o Programa Lagoas do Norte (PLN), voltado à “requalificação urbana e socioambiental” (TERESINA, 2014), tendo, dentre outros, o objetivo de atrair investimentos privados para a região, oferecendo, para isso, as condições de infraestrutura. Na segunda fase do programa, um conflito se instalou diante da seguinte situação: a previsão de reassentamento involuntário de cerca de 1.730 imóveis e 2.180 famílias residentes na região (TERESINA, 2014), ou seja, moradores(as) residentes há mais de 30 anos e que historicamente reivindicaram melhorias, junto com a oportunidade de sua

chegada, veio também o propósito de remoção para áreas distantes e igualmente sem infraestrutura.

As famílias passaram a mobilizar-se por diferentes meios e em diferentes áreas territoriais da região. O Coraje aproximou-se da área da Avenida Boa Esperança, atuando em várias frentes: na assessoria jurídica popular para elaboração de documentos, encaminhamento de demandas junto aos órgãos públicos, como PMT, Ministério Público e outros. Esse processo em que atua o Coraje conta com a participação de vários coletivos e grupos organizados e possui o atravessamento da mobilização, da comunicação e da formação política, de modo a permitir o diálogo permanente com a organização local dos(as) moradores(as): o Centro de Defesa Ferreira de Sousa, para que as elaborações e os encaminhamentos jurídicos ou técnicos representem o produto da discussão e compreensão coletiva, daí a participação em oficinas temáticas no processo de levantamento antropológico feito pela própria comunidade; a elaboração e os encaminhamentos de denúncias ao Painel de Segurança do Banco Mundial; dentre outras atividades. Outra ação realizada pela comunidade, nesse contexto, que contou com a participação do Coraje, foi a criação do Museu da Esperança, uma estratégia de afirmação da memória e da história coletiva e originária da comunidade.

Imagem 3 – Divulgação de lançamento do Museu da Esperança

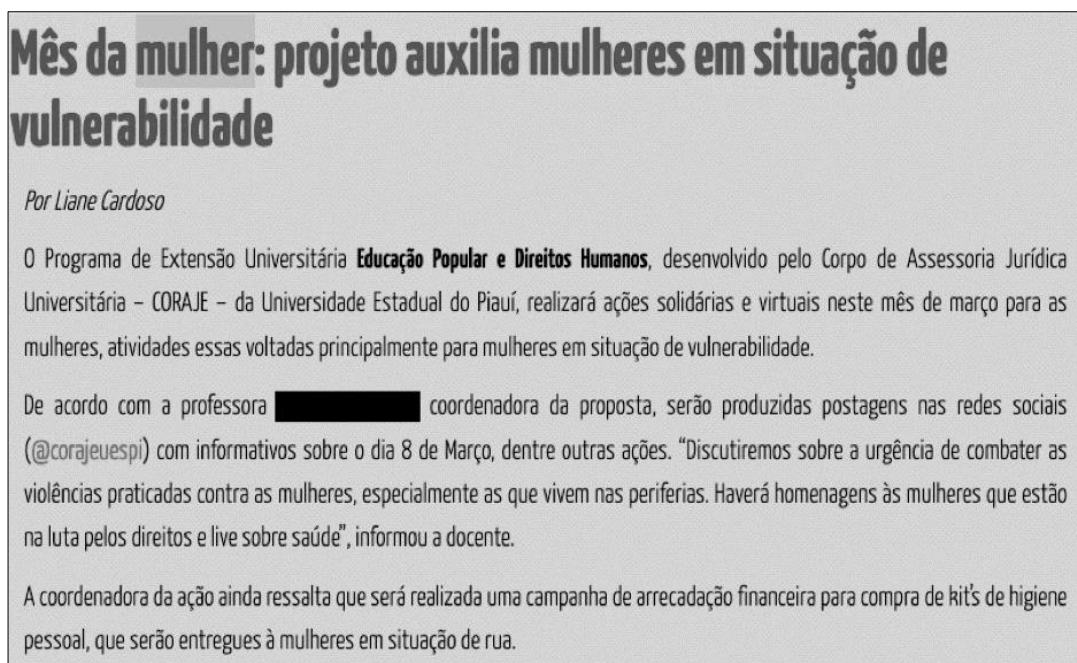


Fonte: Ocorre Diário, 2021.

A ação Educação Popular e Vivência Universitária tem como propósito colocar em cena, no espaço acadêmico, temas que representam grandes questões sociais, especialmente envolvendo as juventudes e que ainda não estão suficientemente enfrentados, como: mulheres e relações de gêneros; visibilidade LGBTQIA+; prevenção ao suicídio; e consciência negra. São pautados com destaque nos meses de março, junho, setembro e novembro, com ocupação das redes sociais, campanhas, rodas de diálogo e sugestões de leituras.

No mês de março de 2021, em situação de pandemia por Covid-19, o Coraje observou a ampliação da população de rua em Teresina e, além da mobilização interna e da participação na programação do mês da mulher, unido a entidades como a Frente Popular de Mulheres Contra o Feminicídio, realizou campanha junto à comunidade acadêmica para obtenção de produtos de higiene e limpeza que foram doados às mulheres em situação de rua, como foi noticiado pelo site da UESPI:

Imagem 4 - Matéria sobre ação do Coraje junto às mulheres em situação de rua



Fonte: <https://www.uespi.br/site/?p=142057>, 15 maio 2021.

O terceiro tipo de ação está voltado à organização do Coraje como grupo social. Trata-se do espaço garantido à sistematização, à reflexão em profundidade, ao planejamento e à avaliação, que se realiza em encontros quinzenais com momentos de acolhimento, vivências místicas, discussão das pautas e realização de estudos temáticos nos quais se cultiva a

afetividade, o cuidado e a afirmação dos valores ético-políticos que orientam a ação extensionista, sempre em sintonia com os apelos da conjuntura.

Esses momentos abrem espaços para as interações que são apreendidas e vividas na comunidade, fazendo com que se misturem com os conhecimentos construídos com a mediação de conteúdos curriculares, identificando tensões e desafios para o ser estudante-professor(a)-extensionista e militante de uma causa que deve atravessar o mundo da vida em seus diferentes lugares de existência. Sem perder de vista a amplitude desse desafio, o Coraje integra redes de assessoria jurídica popular local e nacional.

Imagem 5 – Uma expressão das vivências místicas do Coraje



Fonte: Arquivos do Coraje (2017).

As vivências místicas e a formação são momentos de resignificação do nosso fazer e ser com as comunidades e com os excluídos. Inspirado na coragem de Paulo Freire, o Coraje se reinventa na pedagogia das classes populares na luta por direitos.

Considerações finais

A concepção educativa da cultura do povo, protagonizada pelas classes populares, como sentido indissociável do público para a construção da Universidade democrática, permanece viva nas experiências científicas e acadêmicas que se articulam em torno do fortalecimento do Popular na Universidade. A atualidade do pensamento de Paulo Freire e a emergência do sentido Popular na constituição do Público na Universidade são fundamentais

para a produção do pensamento crítico e para a construção de ciência própria, situada nas epistemologias para o bem viver.

Ao analisarmos as experiências de extensão aqui apresentadas, entendemos como os ensinamentos de Paulo Freire, desde *Angicos*, permanecem atuais e necessários, apesar de não ser possível negar que o movimento histórico vai atualizando os processos em seus lugares de existência, marcando-os com permanências e mudanças, muito embora as estruturas que dão sustentação às desigualdades se mantenham.

Questões como a urgência dos direitos humanos na construção de outra sociabilidade que valorize a integridade das pessoas, fazendo emergir exigências relacionadas às identidades de gêneros, LGBTQIA+, étnicas, por exemplo, que não estavam colocadas com a intensidade de hoje quando da experiência de Paulo Freire, assim como também não estava colocada a alteração positiva nas condições de acesso de jovens das camadas populares às Universidades públicas, promovem desafios de pesquisa e extensão, e, em certa medida, tensionam questões que permeiam seus cotidianos, a exemplo dos jovens do meio rural ingressantes em licenciaturas em Educação do Campo e dos jovens das periferias urbanas identificados com os valores do Popular.

Também não se colocavam, como na atualidade, problemas relacionados ao ambientalismo, que inscreveram com ênfase processos predatório-extrativistas que colocam em foco tentativas de aniquilamento de culturas e de modos de vida originários, como demonstrado nas duas experiências analisadas. Nesse sentido, as contribuições da extensão popular em suas relações com experiências resultantes de tensões e exigências da atualidade trazem elementos importantes na afirmação das ideias de Freire, evidenciando o peso do real na atualidade da construção teórico-prática freireana.

Referências

ALMEIDA FILHO, N.; BENINCÁ, D.; COUTINHO, D. Universidade Popular e democratização de saberes: o caso da Universidade Federal do Sul da Bahia. *EccoS*, São Paulo, n. 42, p. 39-55, jan./abr. 2017. Doi: [10.5585/eccos.n42.6681](https://doi.org/10.5585/eccos.n42.6681). Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/search/search?simpleQuery=Universidade+Popular+E+Democratiza%C3%A7%C3%A3o+De+Saberes%3A+o+caso+da+Universidade+Federal+do+Sul+da+Bahia&searchField=query>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BORDA, O. F. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel na participação popular. In: BRANDÃO, C. R. (org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 42-62.

BORDA, O. F. **Cómo investigar la realidad para transformá-la**. Bogotá: CLACSO, 2009, p. 253-301.

BRANDÃO, C. R. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica Estadual 2019**: Resumo Técnico. Brasília, 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_basica_2019.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

CHAUÍ, M. **O exercício e a dignidade do pensamento**: o lugar da universidade brasileira. 2021. Disponível em: <https://congresso2021.ufba.br/schedule/conferencia-de-abertura-o-exercicio-e-a-dignidade-do-pensamento-o-lugar-da-universidade-brasileira/>. Acesso em: 15 maio 2021.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**, um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GADOTTI, M. Alfabetizar e politizar: Angicos, 50 anos depois. **Revista de Informação do Semiárido (RISA)**, Angicos, Edição Especial, p. 47-67, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/index.php/risa/article/view/3150>. Acesso em: 5 jun. 2021.

LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2015, p. 21-53.

LEHER, R. **Autoritarismo contra a universidade**: o desafio de popularizar a defesa da educação pública. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

LYRA, C. **As quarenta horas de Angicos**: uma experiência pioneira de educação. São Paulo: Cortez, 1996.

MELO NETO, J. F. *et al.* **Extensão universitária**: diálogos populares. 2002. Disponível em: <http://www2.uesb.br/pedh/wp-content/uploads/2014/02/Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-di%C3%A1logos-populares-Jos%C3%A9-Francisco-de-Melo-Neto.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2021.

PIAUI. **O IDHM dos municípios do Piauí por território de desenvolvimento**. Teresina: Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO), 2016. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/201702/CEPRO20_5e483dee73.pdf. Acesso em: 15 jun. 2021.

PIMENTEL, I. **Após enxurrada, 70 famílias estão isoladas e morador relata riacho tomado por lama.** CidadeVerde.com, Teresina- PI. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/341435/apos-enxurrada-70-familias-estao-isoladas-e-morador-relata-riacho-tomado-por-lama>. Acesso em: 12 jun. 2021.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, F. C.; SAMPAIO, M. N. Cinquentenário das “40 horas de Angicos”: memória presente na educação de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 63. out./dez. 2015. Doi: 10.1590/S1413-24782015206307. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/RhJLhbnWswrbK6RC3cJbkGf/?lang=pt> . Acesso em: 16 jun. 2021.

SILVA, M. O. S. **Refletindo a pesquisa participante.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

STRECK, D. R. Pesquisar é pronunciar o mundo. *In*: STRECK, D. R.; EGGERT, E.; SOBOTTKA, E. A. (org.). **Dizer a sua palavra: educação cidadã, pesquisa participante, orçamento público.** Pelotas: Seiva, 2005. p. 11-30.

STRECK, D. Entre emancipação e regulação: (des)encontros entre a educação popular e os movimentos sociais. 2009. Disponível em: http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/sessao_especial/32%20ra%20-%20sessao%20especial%20-%20DANILO%20ROMEU%20STRECK.pdf. Acesso em: 4 jun. 2021.

TERESINA. **Programa Lagoas do Norte: marco de reassentamento involuntário das famílias e imóveis afetados pela implantação da 2ª fase do PLN.** Teresina: SEPLAN, 2014.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 2008.

WALLERSTEIN, I. Análise dos sistemas mundiais. *In*: GIDDENS, A.; TURNER, J. **Teoria Social Hoje.** São Paulo: Editora Unesp, 1999. p. 447-470.

Submetido em 14 de julho de 2021.

Aprovado em 10 de agosto de 2021.